



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXV — N.º 40

SEXTA-FEIRA, 11 DE SETEMBRO DE 1970

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

ATA DA 47.ª SESSÃO CONJUNTA EM 10 DE SETEMBRO DE 1970

4.ª Sessão Legislativa Ordinária da 6.ª Legislatura

PRESIDENCIA DO SR. FERNANDO CORRÊA

As 21 horas, acham-se presentes os
Srs. Senadores:

Oscar Passos — Flávio Brito — Ed-
mundo Levi — Milton Trindade —
Lobão da Silveira — Clodomir Millet
— Sebastião Archer — Petrónio Por-
tella — Sigefredo Pacheco — Duarte
Filho — Manoel Villaza — Ruy Car-
neiro — Domicio Gondim — João
Cleofas — Arnon de Mello — Júlio
Leite — José Leite — Antônio Fer-
nandes — Josaphat Marinho — Car-
los Lindenberg — Paulo Tôrres —
Vasconcelos Torres — Gilberto Mar-
inho — Nogueira da Gama — Car-
valho Pinto — Lino de Mattos — Fer-
nando Corrêa — Filinto Müller —
Bezerra Neto — Celso Ramos — An-
tônio Carlos — Guido Mondin — Mem
de Sá.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Geraldo Mesquita — ARENA; Jorge
Lavocat — ARENA; Wanderley Dan-
tas — ARENA.

Amazonas

Abrahão Sabbá — ARENA; Joel
Ferreira — MDB; José Lindoso —
ARENA; Raimundo Parente —
ARENA.

Pará

Adriano Gonçalves — ARENA; Ar-
mando Carneiro — ARENA; Arman-
do Corrêa — ARENA; João Menezes
— MDB; Martins Júnior — ARENA.

Maranhão

Américo de Souza — ARENA; Euri-
co Ribeiro — ARENA; José Burnett
— MDB; José Marão Filho — ARENA;
Nunes Freire — ARENA; Pires Sabóia
— ARENA; Raimundo Bogéa — ARE-
NA; Temistocles Teixeira — ARENA.

Piauí

Ezequias Costa — ARENA; Fausto
Castelo Branco — ARENA; Joaquim
Parente — ARENA; Sousa Santos —
ARENA.

Ceará

Delmiro Oliveira — ARENA; Dias
Macedo — ARENA; Furtado Leite —
ARENA; Jonas Carlos — ARENA;
Leão Sampaio — ARENA; Régis Bar-
roso — ARENA; Wilson Roriz —
ARENA.

Rio Grande do Norte

Theodorico Bezerra — ARENA;
Vingt Rosado — ARENA.

Paraíba

Flaviano Ribeiro — ARENA; Mon-
senhor Vieira — ARENA; Teotônio
Neto — ARENA; Wilson Braga —
ARENA.

Pernambuco

Josias Leite — ARENA; Magalhães
Melo — ARENA; Milvernes Lima —
ARENA; Paulo Maciel — ARENA; Ta-
bosa de Almeida — ARENA.

Alagoas

Djalma Falcão — MDB; Medeiros
Neto — ARENA; Segismundo Andra-
de — ARENA.

Sergipe

Arnaldo Garcez — ARENA; Augus-
to Franco — ARENA; Luiz Garcia —
ARENA.

Bahia

Clodoaldo Costa — ARENA; Edgard
Pereira — MDB; Fernando Magalhães

— ARENA; Hanequim Dantas — ARE-
NA; João Alves — ARENA; João Bor-
ges — MDB; Ney Ferreira — MDB;
Odolfo Domingues — ARENA; Rai-
mundo Brito — ARENA; Rubem No-
gueira — ARENA; Ruy Santos —
ARENA.

Espirito Santo

Dírcceu Cardoso — MDB; Feu Rosa
— ARENA; Floriano Rubin — ARE-
NA; Oswaldo Zanello — ARENA; Ray-
mundo de Andrade — ARENA.

Rio de Janeiro

Amaral Peixoto — MDB; Daso Co-
imbra — ARENA; Dayl de Almeida
— ARENA; Edgard de Almeida —
MDB.

Guanabara

Mendes de Moraes — ARENA.

Minas Gerais

Dnar Mendes — ARENA; Edgar
Martins Pereira — ARENA; Israel Pi-
nheiro Filho — ARENA; Jaeder Al-
bergaria — ARENA; José Maria Alk-
mim — ARENA; Luis de Paula —
ARENA; Nogueira de Resende —
ARENA; Padre Nobre — MDB; Pedro
Vidigal — ARENA; Pinheiro Chagas
— ARENA; Rondon Pacheco — ARE-
NA; Último de Carvalho — ARENA.

São Paulo

Alceu de Carvalho — MDB; Antô-
nio Feliciano — ARENA; Athiê Couri
— MDB; Bezerra de Melo — ARENA;
Broca Filho — ARENA; Cantídio
Sampaio — ARENA; Francisco Ama-
ral — MDB; Herbert Levy — ARENA;
Italo Fittipaldi — ARENA; José Re-
segue — ARENA; Lacorte Vitale —
ARENA; Lauro Cruz — ARENA; Levi
Tavares — ARENA; Pereira Lopes —
ARENA; Ruydalmeida Barbosa —
ARENA; Santilli Sobrinho — MDB.

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL
WILSON MENEZES PEDROSA
SUPERINTENDENTE

LENYR PEREIRA DA SILVA
Chefe da Divisão Administrativa

MAURO GOMES DE ARAÚJO
Chefe da Divisão Industrial

NELSON CLEOMENIS BOTELHO
Chefe da Seção de Revisão

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 20,00
Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 40,00
Ano Cr\$ 80,00

O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02

Tiragem: 15.000 exemplares

Goiás

Anapolino de Faria — MDB; Jales Machado — ARENA; José Freire — MDB; Lisboa Machado — ARENA;

Mato Grosso

Marcilio Lima — ARENA; Nelson Benedito — ARENA.

Paraná

Accioly Filho — ARENA; Antônio Anibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Emilio Gomes — ARENA; Fernando Gama — MDB; Henio Romagnoli — ARENA; Hermes Macedo — ARENA; João Paulino — ARENA; Justino Pereira — ARENA; Lyrio Bertolli — ARENA.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — ARENA; Albino Zeni — ARENA; Antônio Almeida — ARENA; Osni Regis — ARENA; Romano Massignan — ARENA.

Rio Grande do Sul

Adylio Viana — MDB; Alberto Hoffmann — ARENA; Arlindo Kunsler — ARENA; Arnaldo Prietto — ARENA; Ary Alcântara — ARENA; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARE-

NA; Milton Cassel — ARENA; Nadir Rosseti — MDB; Otávio-Caruso da Rocha — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Janary Nunes — ARENA.

Rondônia

Nunes Leal — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa) — As listas de presença acusam o comparecimento de 33 Srs. Senadores e 131 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a Sessão.

Não há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Atendendo à finalidade da Sessão, o Sr. 1.º-Secretário irá proceder à leitura da mensagem presidencial.

E lida a seguinte

MENSAGEM N.º 20, DE 1970 (CN)
(N.º 289/70, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do parágrafo 1.º do artigo 55 da Constituição, tenho a hon-

ra de submeter à elevada deliberação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, o texto do Decreto-lei n.º 1.124, de 8 de setembro de 1970, publicado no Diário Oficial do dia subsequente, que "permite deduções do imposto de renda das pessoas jurídicas para fins de alfabetização, nos exercícios de 1971 a 1973, inclusive".

Brasília, em 10 de setembro de 1970.
— **Emílio G. Médici.**

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N.º 311

Em 18-8-70.

Permite deduções do imposto de renda das pessoas jurídicas para fins de alfabetização, nos exercícios de 1971 a 1973, inclusive.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei, que permite deduções do imposto de renda das pessoas jurídicas para fins de al-

fabetização, nos exercícios de 1971 a 1973, inclusive.

2. O assunto, além de envolver matéria prioritária das metas governamentais — EDUCAÇÃO — é de interesse público relevante, justificando-se a forma legislativa proposta.

3. No momento em que cada cidadão brasileiro se encontra imbuído da responsabilidade que lhe pesa aos ombros, quanto ao dever de erradicar o analfabetismo do País, o anexo projeto visa proporcionar ao Governo e à iniciativa privada os recursos necessários para promover essa erradicação.

4. Duas são as opções dadas aos contribuintes para a redução do imposto de renda devido, com vistas a incentivar a alfabetização. Assim, o contribuinte poderá fazer, durante o ano-base, doações à Fundação MOBIL e reduzir essas quantias, no valor mínimo de 1% (um por cento) e máximo de 2% (dois por cento) do imposto recolhido no próprio ano-base. Ou, então, fará a indicação na sua declaração de rendimentos, das importâncias que deverão ser recolhidas à ordem da Fundação, também limitadas a 1% (um por cento) do imposto de renda devido. Esta é a sistemática usada na política de incentivos fiscais. Tudo isso subordinado a existência de programas de alfabetização aprovados pela própria Fundação MOBIL que, por sua vez, deverá obedecer a critérios fixados conjuntamente pelos Ministros da Educação e Cultura e Fazenda.

5. Ampara o projeto os estabelecimentos particulares de ensino que, dispondo de espaço físico ocioso, desejarem manter cursos gratuitos de alfabetização.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência as expressões do meu mais profundo respeito.
— Antônio Delfim Netto, Ministro da Fazenda.

**DECRETO-LEI N.º 1.124
DE 8 DE SETEMBRO DE 1970**

Permite deduções do imposto de renda das pessoas jurídicas para fins de alfabetização, nos exercícios de 1971 a 1973, inclusive.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, inciso II, da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Nos exercícios financeiros de 1971 a 1973, inclusive, as pessoas jurídicas poderão deduzir do imposto de renda devido as quantias destinadas à aplicação nos programas de alfabetização aprovados pela Fundação MOBIL — Movimento Brasileiro de Alfabetização — de acordo com os critérios que forem fixados, conjuntamente, pelos Ministros da Educação e Cultura e Fazenda.

Art. 2.º — As deduções do imposto de renda devido poderão ser realizadas, sem prejuízo dos incentivos fiscais em vigor, através de uma das seguintes modalidades:

- I. dedução das quantias que tiverem doado à Fundação MOBIL, no ano-base, no valor mínimo de 1% (um por cento) e máximo de 2% (dois por cento) do imposto de renda recolhido no próprio ano-base;
- II. indicação, na declaração de rendimentos, das importâncias que serão recolhidas à ordem da Fundação MOBIL para aplicação em projetos específicos de alfabetização, até o limite de 1% (um por cento) do imposto de renda devido.

Art. 3.º — As quantias deduzidas na forma do artigo 2.º, inciso II, deste Decreto-lei deverão ser recolhidas, antecipadamente, ou no mesmo prazo das cotas do imposto de renda, ao Banco do Brasil S.A., ou a estabelecimentos por ele autorizados, à ordem da Fundação MOBIL.

Parágrafo único — O atraso no recolhimento das deduções de que trata este artigo ficará sujeito às mesmas penalidades e correção monetária devidas, em situação idêntica, relativamente ao imposto de renda, as quais constituirão receita da Fazenda Nacional.

Art. 4.º — Os estabelecimentos particulares de ensino, devidamente registrados no Ministério da Educação e Cultura e credenciados pela Fundação MOBIL, que mantiverem cursos gratuitos de alfabetização em convênio ou não com essa entidade, poderão receber doações de pessoas físicas ou jurídicas.

Parágrafo único — As quantias recebidas em doação ou originadas de convênios mantidos com a Fundação MOBIL poderão ser excluídas da receita bruta operacional dos estabelecimentos para efeito de apuração do lucro tributável.

Art. 5.º — Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de setembro de 1970: 149.º da Independência e 82.º da República. — **EMÍLIO G. MEDICI** — Jarcas G. Passarinho — Delfim Netto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa) — De acordo com as indicações das Lideranças, fica assim constituída a Comissão Mista que deverá emitir parecer sobre a matéria:

Pela Aliança Renovadora Nacional — Senadores Duarte Filho, Mem de Sá, Flávio Brito, Clodomir Millet, Petronio Portella, Guido Mondin, Júlio Leite e os Srs. Deputados Albino Zeni, Armando Corrêa, Braga Ramos, Cardoso Menezes, Josias Leite, Milton Cassel e Monsenhor Vieira.

Pelo Movimento Democrático Brasileiro — Senadores Ruy Carneiro, Sebastião Archer, Bezerra Neto, Oscar Passos e os Srs. Deputados Caruso da Rocha, Adylio Viana, Pedrosa Horta e Rubem Medina.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Corrêa) — Lembro à Comissão Mista que, nos termos do art. 110 do Regimento Comum, seu parecer deverá ser proferido no prazo de 20 (vinte) dias e concluirá pela apresentação de projeto de decreto legislativo aprovando ou rejeitando o decreto-lei.

A convocação da Sessão destinada à apreciação da matéria será feita de acordo com a publicação de distribuição de avulsos do respectivo parecer.

Está encerrada a Sessão.

Serviço Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 4 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,20